



INTERVENÇÕES E IMPACTOS AMBIENTAIS EM FAVELAS: O CASO DA FAVELA DE PARAISÓPOLIS

*INTERVENTIONS AND ENVIRONMENTAL IMPACTS IN SLUMS: THE CASE OF THE
PARAISÓPOLIS SLUM*

*INTERVENCIONES E IMPACTOS AMBIENTALES EN FAVELAS: EL CASO DE LA FAVELA
PARAISÓPOLIS*

Eixo temático: Vulnerabilidades e Crise Socioambiental

PASTERNAK, Suzana
Doutora

Professora Titular na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da
Universidade de São Paulo
suzanapasternak@gmail.com

SILVA, Alane Santos da
Arquiteta e Urbanista

Mestranda no Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da
Universidade de São Paulo
alanesantos@usp.br



INTERVENÇÕES E IMPACTOS AMBIENTAIS EM FAVELAS: O CASO DA FAVELA DE PARAISÓPOLIS

RESUMO

A pesquisa busca reunir os projetos de intervenção que englobam questões ambientais nas ocupações da favela de Paraisópolis, localizada na zona sul de São Paulo. Mesmo após inúmeros planos de urbanização de favelas, até os dias atuais os problemas como enchentes e deslizamentos, não foram solucionados, tampouco mitigou-se os problemas ambientais. O objetivo principal da pesquisa se concentra em apresentar as intervenções realizadas que tem relação com os impactos ambientais no processo de urbanização da favela de Paraisópolis. O presente artigo baseia-se em pesquisas bibliográficas sobre intervenções em assentamentos informais, juntamente com pesquisas que investigam a relação das intervenções públicas e o impacto ambiental, pois um dos grandes desafios atuais consiste em conciliar as demandas para a sobrevivência humana e equilíbrio ecológico.

PALAVRAS-CHAVE: urbanização de favelas. Impacto ambiental. Favela Paraisópolis. Assentamentos informais

ABSTRACT

The research seeks to bring together intervention projects that encompass environmental issues in occupations in the Paraisópolis slum, located in the south of São Paulo. Even after numerous slum urbanization's plans, to this day the problems such as floods and landslides, haven't been resolved, not have environmental problems been mitigated. The main objective of the research focuses on presenting the interventions carried out that are related to environmental impacts in the urbanization process of the Paraisópolis slum. The present article is based on bibliographical research on interventions in informal settlements, together with research that investigates the relationship between public interventions and environmental impact, as one of the great current challenges consists of reconciling the demands for human survival and ecological balance.

KEYWORDS: Slum urbanization. Environmental impact. Paraisópolis Slum. Informal settlements

RESUMEN

La investigación busca recopilar proyectos de intervención que abarquen cuestiones ambientales en las ocupaciones de la favela Paraisópolis, ubicada en la zona sur de São Paulo. Incluso después de numerosos planes de urbanización de favelas, hasta el día de hoy los problemas como inundaciones y deslizamientos de tierra, no se han resuelto ni se han mitigado los problemas ambientales. El objetivo principal de la investigación se centra en presentar las intervenciones realizadas que están relacionadas con los impactos ambientales en el proceso de urbanización de la favela Paraisópolis. Este artículo se basa en investigaciones bibliográficas sobre intervenciones en asentamientos informales, junto con investigaciones que investigan la relación entre intervenciones públicas e impacto ambiental, ya que uno de los mayores desafíos actuales es conciliar las demandas de supervivencia humana y el equilibrio ecológico.

PALABRAS-CLAVE: urbanización de favelas. Impacto ambiental. Favela Paraisópolis. Asentamientos informales



INTRODUÇÃO

Durante o processo histórico do desenvolvimento das cidades brasileiras, nota-se a deficiência de políticas públicas eficazes em atender a demanda habitacional. Tal deficiência contribuiu para a degradação ambiental ocasionada por assentamentos precários localizados, muitas vezes, lindeiros a córregos, rios e encostas. Não há necessidade de uma análise minuciosa para constatar a existência de relação direta entre crise habitacional e risco ambiental. Com isso, pode-se dizer que vulnerabilidade social é sinônimo de vulnerabilidade ambiental.

Pode-se dizer que o início dos assentamentos precários, também conhecido como favelas, se deu, ainda no século XIX, em decorrência de mudanças na economia brasileira. Neste momento, o status social era computado de acordo com a quantidade de escravos que o proprietário possuísse para servi-lo. Com a lei Eusébio de Queirós, de 1850, tornou-se proibido o tráfico de negros escravos para o Brasil. No mesmo ano, institui-se a Lei de Terras, lei 601. Essa lei apresentou novos critérios com relação aos direitos e deveres dos proprietários de terras, pela qual a posse só era permitida por meio da compra, ficando proibida a posse por ocupação ou doação. A lei praticamente impediu o acesso de homens livres, como os imigrantes, mas com poucos recursos, à terra. Esta lei também causou uma espécie de transferência econômica - antes concentrada no escravo -, gerando um valor à terra, pelas suas qualidades e localização.

Em meados de 1880, a maioria dos trabalhadores, manufactureiros, escravos ou trabalhadores livres, residiam no local de trabalho já que não tinham moradia própria. Ainda neste período, a propriedade imobiliária era pouco valorizada, visto que a economia estava centrada nas mercadorias e nos escravos. No entanto, os escravos libertos podiam obter concessão gratuita de terrenos caso tivessem condições de construir e pagar os foros anuais pela posse. Após a Lei de Terras, poucos tinham condições de pagar à Coroa o valor correspondente a compra de terras.

Oliveira e Bueno afirmam que:

Na sociedade brasileira os conflitos existentes para conquistar a casa própria datam do século XIX, com a busca pelos escravos libertos e posteriormente os imigrantes. Porém como pouco foi feito para essa nova população que foi trazida e crescia no Brasil, começavam a aparecer as primeiras ocupações em Áreas Ambientalmente Sensíveis – AAS, como morros, beira de córregos, rios etc. (Oliveira, Bueno, 2009)

Denaldi complementa que “[...] os trabalhadores livres, afastados da possibilidade de se tornarem proprietários de terra, sem acesso ao mercado livre de habitação, são levados a ocupar morros e várzeas e a habitar os cortiços.” (Denaldi, 2003, p. 09)

A relação desigual entre população e moradia obrigou as famílias a providenciarem seu próprio lar. De acordo com Freyre:



Ficou para os pobres a beira de lodaçais desprezados e até conservados alguns, aumentando-se-lhes às vezes as propriedades nocivas pela adição jornalreira de dejetos orgânicos. De modo que os casebres e mocambos foram se levantando rasteiros, pelas partes baixas e imundas das cidades. Pelos mangues, pela lama, pelos alagadiços. Só depois de aterrados esses mangues e esses alagadiços, menos por um esforço sistemático do governo que pela sucessão de casebres construídos quase dentro da própria lama e à beira do próprio lixo, é que os ricos foram descendo os morros e assenhoreando-se também da parte baixa da cidade. (Freyre, 2013, p. 209)

A ocupação dos assentamentos precários em áreas ambientalmente frágeis contribuiu para a alteração da vegetação, do solo, poluição dos recursos hídricos, aumento de doenças causadas por enchentes, colocando em risco não apenas o meio ambiente, mas também a saúde, integralidade física e mental dos residentes dessas ocupações irregulares. Para Davis:

Os invasores trocam a segurança física e a saúde pública por alguns metros quadrados de terra e alguma garantia contra o despejo. São os povoadores de pântanos, várzeas sujeitas a inundações, encostas de vulcões, morros instáveis, montanhas de lixo, depósitos de lixo químico, beiras de estradas e orlas de deserto. (Davis, 2006, p. 127)

Diante desse relato é impossível não se perguntar por que, mesmo sendo perigoso, as pessoas se sujeitam a se instalar em lugares com essas condições? E, novamente Davis rebate:

Exatamente por ser tão perigoso e desagradável, o local oferece “proteção contra o aumento do valor dos terrenos na cidade.” Esses locais são o nicho da pobreza na ecologia da cidade, e gente paupérrima tem pouca opção além de conviver com os desastres. (Davis, 2006, p. 127)

As situações abordadas por Davis em seu livro, Planeta Favela, são, em sua maioria, semelhantes aos casos brasileiros em que a necessidade essencial de habitação levou tantas pessoas se submeterem a residir em áreas ambientalmente sensíveis, muitas vezes além do perímetro da cidade estruturada. Tais áreas, rejeitadas pelo mercado imobiliário privado e desvalorizadas pelas suas características físicas e ambientais, tornam-se atrativas à população trabalhadora pobre.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, no início de 2024, alterou o termo aglomerados subnormais para “Favelas e Comunidades Urbanas”, após a realização de estudos técnicos e consultas a diversos segmentos sociais. As mudanças se restringem à nomenclatura e à revisão da redação dos critérios de classificação, pois não houve alteração nos critérios em si. Assim, o termo favela não inclui os outros assentamentos precários, como cortiços, por exemplo.

As favelas são porções do território urbano com tipologias diversas predominantemente residenciais, caracterizadas por carências como irregularidade fundiária, infraestrutura e



saneamento ambiental, ocupação densamente desordenada, localizadas em áreas, muitas vezes, sem oferta de transporte público e equipamentos sociais, em terrenos alagadiços ou áreas íngremes, sujeitos à risco ambiental.

Em nível global, A Un-Habitat (2022) estimou que cerca de 1.6 bilhão de pessoas vivam em favelas e assentamentos informais. Este número, para o IBGE, pode estar subestimado, uma vez que é nítida as dificuldades de captação desses dados em diversos países e à dinamicidade de formação e dispersão desses territórios.

Em 2010, o Censo Demográfico apresentou os resultados do Levantamento de Informações Territoriais - LIT, aplicado em cada um dos aglomerados subnormais identificadas no país. No município de São Paulo, cerca de 556 dos aglomerados subnormais estão às margens dos córregos, 33 estão sobre córregos e 336 em encostas sujeitas a deslizamentos. Se colocarmos em número de domicílios, temos 87.846 em margem de córregos, rios ou lagos/lagoas, 6.224 sobre rios, córregos, lagos ou mar e 67.824 em encostas. (IBGE, 2010). Atualmente, as soluções e práticas para estes problemas consistem em canalizar os córregos, dentro dos programas de urbanização de favelas ou a implantação de parques lineares como modo de evitar possíveis reocupações. Entretanto, a falta de integração entre o planejamento urbano e o equilíbrio ecológico torna tais abordagens engessadas e pouco efetivas, principalmente na questão do manejo da água.

Em um levantamento realizado em 2019 pelo IBGE, o número de domicílios em favelas no município de São Paulo era de 529.921 (IBGE, 2019). Cerca de 19.262 domicílios estão localizados na favela de Paraisópolis (IBGE, 2019), desse modo, a pesquisa busca reunir os projetos de intervenções que englobam questões ambientais nas ocupações da favela de Paraisópolis, uma vez que esta é considerada uma das maiores favelas de São Paulo.

A DIMENSÃO E O IMPACTO AMBIENTAL NAS FAVELAS

Aferir a dimensão ambiental nas políticas públicas, sobretudo nas favelas, é uma tarefa um tanto quanto complexa. Assim como precisar o momento em que a questão ambiental é entendida e abordada como problemática urbana a ser tratada pelo poder público não é tarefa fácil.

Entretanto, estima-se que, no Brasil, o assunto começou a ser pauta ainda 1934, com o surgimento do primeiro código florestal em meio à forte expansão cafeeira. A lei também demonstrava viés de preservação ambiental, ao criar a figura das florestas protetoras, para garantir a saúde de rios e lagos e áreas de risco, como encostas íngremes e dunas. Em 1965, o Brasil aprovou no Congresso Nacional o novo código florestal, considerado um avanço na proteção das florestas na conservação dos habitat naturais.

Em 1972, com a realização da Cúpula da Terra, a questão ambiental entra em pauta no debate internacional. Em 1976, as novas formas de enfrentamento das favelas, superando o discurso de erradicação, teve palco junto com a pauta ambiental, na I Conferência do Habitat (CARDOSO,



2002). Com a publicação da nova Constituição, em 1988, consolidou-se o direito ao meio ambiente equilibrado e estabeleceu-se princípios da função social da cidade e da propriedade, que buscavam garantir o direito de permanência de moradia da população residente em favelas.

A partir da década de 1990, através do Programa de Construção e Recuperação de Habitações e Áreas Degradadas e Programa Habitar Brasil, a questão ambiental começa a ser pauta dentro da urbanização de favelas. Segundo Denaldi, Ferrara e Silva (2016):

Com a consolidação da favela, seu tecido urbano e social torna-se cada vez mais denso, heterogêneo e complexo, o que também passa a demandar intervenções com diferentes graus de complexidade. Nesse sentido, projetos de urbanização “integrada”, ou seja, que visam articular a desocupação de áreas de preservação permanente e de situações de risco, com soluções de infraestrutura e desenho de espaço coletivo, incluindo a solução habitacional, passam a ser cada vez mais necessários. Ao mesmo tempo, o debate sobre a qualificação ambiental da vida na cidade, bem como do desenvolvimento urbano que se intensifica nos anos 1990, no âmbito internacional, impulsionam a “ambientalização” das políticas urbanas também no Brasil. (Denaldi, Ferrara, Silva, 2016, p.4)

No contexto municipal de São Paulo, uma parcela significativa de favelas está localizada em áreas ambientalmente sensíveis, como córregos, encostas e áreas de preservação permanente. Tais áreas, geralmente provenientes de desinteresse imobiliário ou abandonadas pelo poder público, especialmente por se tratar de locais ambientalmente frágeis, apresentam um grau elevado de complexidade e desigualdade socioambiental se comparado as demais porções do território urbano.

As consequências das invasões em áreas ambientalmente frágeis são diversas e não apenas aos moradores destes assentamentos, mas à toda a população a curto e longo prazo. Dentre os problemas ocasionados pelas invasões estão: desmatamento, extinção da vegetação ciliar, poluição dos cursos d’água, assoreamento, queimadas, contaminação do solo e alteração da dinâmica natural dos cursos d’água. Este último tem impacto em toda a cidade, já que estes sistemas estão todos interligados.

Segundo PELLEGRINO (2000), a vegetação ao longo dos rios, mata ciliar ou ripária, difere da vegetação de outras áreas de uma bacia hidrográfica e tem papel fundamental no ecossistema das mesmas. A vegetação ao longo de um rio atende a quatro importantes funções ecológicas:

- (a) minimização das enchentes a jusante através da fricção, efeito esponja e elevadas taxas de evapotranspiração;
- (b) controle do assoreamento por reter sedimentos;
- (c) fontes de matéria orgânica para peixes e demais organismos fluviais;
- (d) habitat para espécies significativas. (Pelegrino, 2000, p.174)



Quando há ocupação nas margens de córregos e rios, juntamente com a ausência de medidas para minimizar os impactos causados por esta instalação irregular, tem-se como resultado o comprometimento físico e social dos moradores. BUENO (2005) elenca algumas das consequências:

Os moradores destas áreas ficam expostos ao contato direto com esgotos e outros vetores de doenças; Há maior ocorrência de inundações, colocando a população do entorno em contato com água contaminada; Há lançamento de esgotos na rede de drenagem; Há disposição de lixo das encostas e córregos, inclusive com contaminantes químicos de produtos como pilhas, restos de produtos de limpeza e higiene; Em muitos casos, a disposição do lixo criou áreas de risco por deslizamento, além de contaminação; Há dificuldades e mesmo impossibilidade de limpeza e manutenção periódica de córrego e outros dispositivos de drenagem, sem remoção de moradores; Há dificuldade e mesmo impossibilidade de instalação de coletores tronco de esgotos para complementar o sistema e conduzir os esgotos urbanos até as ETEs, sem remoção de moradores. (Bueno, 2005, p. 4)

Além das inúmeras consequências listadas acima temos, também, as ilhas de calor. Trata-se de um fenômeno em que determinadas áreas da cidade se tornam mais quentes que as áreas vizinhas. O aumento dessa temperatura é ocasionado por diversos fatores, dentre eles, a escassez de áreas verdes e arborização viária, além da intensa ocupação humana, como no caso da favela de Paraisópolis, objeto de estudo, com cerca de 100 mil pessoas morando na comunidade.

Segundo LIMA, ANELLI, Et. Al (2023), as consequências da ilha de calor nas cidades são mais do que apenas um desconforto térmico. No caso de Paraisópolis, há uma diferença imensa se comparado as demais porções do Morumbi:

A análise comparativa entre a cobertura vegetal em 2020 e as ilhas de calor da região do trecho Morumbi-Paraisópolis evidencia que a ocupação atual de Paraisópolis é marcada pela enorme carência de espaços livres, vegetação arbórea esparsa, extrema ocupação do solo, e sobreposição de unidades habitacionais autoconstruídas predominantemente por tijolos cerâmicos, com estrutura de concreto armado aparente e cobertura de telhas de fibrocimento. A infraestrutura de saneamento é precária e a formação da ilha de calor é recorrente, assim como os deslizamentos de terra e alagamentos provocados em dias de fortes chuvas. O Morumbi, por outro lado, conforma-se como uma “ilha fresca” pois conta com cobertura vegetal densa, acima do padrão da cidade e oposto às condições da favela. (Lima, Anelli, Et.al 2023, p.15)



O CASO DA FAVELA DE PARAISÓPOLIS

Para compreender melhor o contexto atual do Complexo Paraisópolis é necessário entender como a favela se originou e também sua evolução cronológica.

No início do século XIX, a região onde está implantada a favela Paraisópolis, com área de aproximadamente 100 hectares, fazia parte da antiga Fazenda Morumbi, uma fazenda de cultivo de chá de propriedade do inglês John Maxwell Rudge. Em 1921, ao observar o crescimento da cidade, a União Mútua Companhia Construtora e Crédito Popular S.A executa o parcelamento da fazenda Morumbi em 2.200 lotes, com malha viária ortogonal, cuja dimensão das quadras era de 100 metros x 200 metros com ruas de 10 metros de largura. A malha viária, que não se adequava à topografia da região, resultou em declividades superiores a 40 %. Muitos dos que adquiriram os lotes, nunca tomaram posse ou pagaram os impostos, devido à dificuldade de ocupação e porque a infraestrutura do loteamento não foi completamente implantada.

Por volta de 1950, as primeiras ocupações foram iniciadas, por algumas famílias japonesas, que transformaram os lotes em pequenas chácaras. No início de 1960, a região começa a ser valorizada, com a criação do bairro do Morumbi, a construção do Estádio Cícero Pompeu de Toledo, a abertura da Avenida Giovanni Gronchi e a implantação dos cemitérios Getsêmani e Morumbi, causando maior interesse econômico. Em 1970, devido a um surto de crescimento populacional vindo do nordeste do país atraído pela construção civil e a ausência de um planejamento voltado à população de baixa renda fez com que a região que mais tarde seria chamada de Paraisópolis fosse adensada de forma cada vez mais desordenada. O IBGE, na mesma década indicava 1.634 barracos de madeira e 7.071 moradores em todo o complexo e em 1984, este número subiu para 3.000 barracos e cerca de 15.000 moradores (KATZ, 2008).

A população passou a ter um diálogo com o poder público a partir de 1980, quando foi fundada a União dos Moradores da Favela de Paraisópolis. Neste período verificou-se que 96,8% da população residente não eram proprietários legais dos terrenos. Assim, os moradores passaram a se organizar, começando com duzentas famílias que contrataram o advogado Gilberto Tejo de Figueiredo, que entrou com ações de usucapião. Durante a gestão de Paulo Maluf (1993 - 1996) e Celso Pitta (1997 - 2000), houve um aumento populacional na comunidade devido as ações de desfavelamento de outras áreas de alto padrão, como a desapropriação da favela do Real Parque e da Avenida Águas Espreiadas. A população removida foi atendida apenas com verba emergencial e, como resultado desta ação, passou a ocupar as áreas do Grotão e Grotinho, que possuem maior declividade e risco de desabamentos.

Finalmente, com o Plano Diretor Municipal de 2002, estabeleceu-se a área como Zona Especial de Interesse Social (ZEIS-1), para qual a Secretaria de Habitação e Desenvolvimento Urbano elaborou um Plano Diretor de Urbanização, que englobava os seguintes setores: Centro-Brejo, Antonico, Grotão, Grotinho, Jardim Colombo e Porto Seguro. Esta divisão se referia às microbacias hidrográficas.



A pesquisa abordará Paraisópolis datando as gestões municipais, uma vez que a favela passou por massivos investimentos em diversos períodos, com muitos projetos finalizados e bem-vindos, mas, também, com muitos projetos que representaram despejos forçados e ações incompletas, além de estarem pouco alinhadas com a questão ambiental.

Durante a gestão de Marta Suplicy (2001-2004), foi executado um amplo levantamento de dados sobre a comunidade que permitiu entender as condições do lugar, seus moradores, bem como as condições de moradia, os problemas e potenciais da favela. O levantamento possibilitou a elaboração de um projeto de urbanização, sob coordenação de Hector Vigliecca. No projeto de Vigliecca, as áreas dos córregos do Antonico, do Grotão, Grotinho e do Brejo seriam reconformadas e os cursos d'água resgatados. O Córrego do Antonico, após a renaturalização, seria transformado em uma nova centralidade. No Córrego do Brejo, as remoções seriam necessárias para a implantação de um parque que continuaria na reserva existente. Segundo Vigliecca (2014):

Os vales seriam acentuados como eixos visíveis do conjunto e a eles estariam associadas às tipologias diversas, os usos públicos e as novas centralidades. E é nesse momento que as novas estruturas habitacionais poderiam resgatar uma condição topográfica ou ambiental e introduzir outras formas de se viver ali, sendo utilizadas na articulação de cotas e na reconfiguração dos fundos de vale. (Vigliecca, 2014, p. 133)

O projeto, em tese, solucionaria muitos problemas, mas nenhuma obra foi executada nesta gestão, devido às altas dívidas municipais. Na mudança de gestão, o projeto foi descartado.

José Serra, em 2005, ao assumir a prefeitura, estabelece algumas mudanças nas diretrizes dos programas voltados à urbanização de favelas para que tais programas pudessem se adequar ao seu plano de governo. Dentre as ações propostas no Plano de Governo de José Serra (SEHAB, 2006), estava:

Construir novas unidades habitacionais e urbanizar favelas e comunidades, em parceria com os governos estadual e federal, a exemplo do trabalho desenvolvido em Paraisópolis, [...], promovendo a eliminação de áreas de risco, preservação do meio ambiente, implantação de infraestrutura básica, construção de equipamentos públicos, de serviços e área de lazer para o convívio coletivo. (Sehab, 2006)

Dentro do Programa de Urbanização de Favelas, elaborou-se um programa específico para Paraisópolis. O projeto básico, que teve início em março de 2004, foi revisado e adequado às diretrizes da nova gestão. Houve a redução do número de remoções de 30% para 10%, restringindo-se às situações de áreas de risco geotécnico ou aquelas relacionadas à implantação da infraestrutura, que exigiram o reassentamento da família nas imediações da favela. Nenhuma obra foi iniciada durante a curta gestão de Serra e, em março de 2006, o então prefeito deixa a



gestão municipal para concorrer às eleições estaduais e Gilberto Kassab assume a prefeitura de São Paulo. Foi nesta gestão que as obras começaram a ser licitadas.

É importante ressaltar que a gestão de Kassab teve uma condicionante importante para que as obras pudessem ter sido licitadas e executadas: a integração de recursos estaduais, municipais e a criação do PAC. Porém, obras importantes como a canalização dos córregos do Antonico e Jardim Colombo não foram sequer iniciadas, mesmo sendo obras de extrema importância para a comunidade, por se tratar de áreas de grande vulnerabilidade social e ambiental. Dentro das premissas da gestão e do limite de remoção de 10%, houve a canalização de um trecho do córrego do Brejo, início das obras na área de risco do Grotão e preparação do local para a escola de música, recuperação da área de risco do Jardim Colombo, execução da rede de esgoto e drenagem que, ao final da gestão, Paraisópolis teve 38.682,97 metros de vias pavimentadas, 35.522,84 metros de canalização de água, 40.480,04 metros de canalização de esgoto e 9.855,25 metros de serviços de drenagem executados. (SEHAB, 2013)

O governo de Kassab priorizou a urbanização de favelas, áreas de mananciais e ocupação irregular por toda a cidade. Foi dada continuidade ao convênio com a City Alliance, do Banco Mundial, que tinha como ponto de partida um detalhado diagnóstico da situação atual, como as áreas de risco existentes, condições de vulnerabilidade social e aos índices de problemas de saúde vinculadas à falta de infraestrutura. (SÃO PAULO, 2008, p.16.)

Em 2011, Paraisópolis ganhou Prêmio Internacional de Sustentabilidade Holcim Awards da América Latina com o projeto da Escola de Música. O projeto seria inserido na área de risco do Grotão, que vinha sendo preparada desde 2006. O projeto da escola foi uma iniciativa para evitar que a área, de grande risco ambiental, voltasse a ser ocupada por moradia. Contudo, até o final da gestão de Gilberto Kassab, as obras não haviam iniciado.

A área do Parque Sanfona começou a ser preparada em 2013, com a remoção das famílias e obras de contenção de taludes, porém, a área sofreu novas invasões desde este período e por diversas vezes as obras foram paralisadas e retomadas. O Projeto Urbano Córrego do Antonico que atendia as premissas da gestão em questão, também não foi executado em nenhuma das etapas. O mesmo ocorreu com o Projeto do Córrego do Colombo, que previa serviços de canalização do córrego, infraestrutura, habitações, comércios e área de lazer, elaborado pelo escritório Levisky Arquitetos.

Com a mudança de gestão, em 2013, para Fernando Haddad, um novo período se mostrou para a comunidade. As obras foram paralisadas devido ao congelamento dos recursos federais e, como consequência, os canteiros de obras foram novamente invadidos, em sua maioria, em áreas de grandes índices de desmoronamento, como no setor Grotão. Em abril de 2015, os serviços de canalização dos Córregos do Antonico e Jardim Colombo foram totalmente paralisados. Neste mesmo período, as áreas correspondentes a Escola de Música e Parque Sanfona começaram a serem reinvasadas, pela terceira vez desde a primeira vez que ocorreu a remoção. O motivo das invasões no Parque Sanfona, área de extremo risco ambiental,



organizado pelas lideranças locais, estavam relacionadas à falta de pagamento de aluguéis sociais bem como a paralisação das obras por parte da construtora pela falta de recursos da Prefeitura (SÃO PAULO, 2016).

Com a mudança de gestão, em 2017, para o então prefeito João Dória, e, posteriormente, Bruno Covas, entre 2018 e 2021, houve um corte de 74,5% no orçamento de 2017, que paralisou todas as obras, exceto aquelas que já estavam prontas para entregar – e que foram as únicas unidades entregues no governo dos tucanos. (GOMES, 2020).

Em meados de 2020, foi elaborado o Caderno da Bacia do Córrego Pirajuçara, que é um importante instrumento para a redução dos riscos de inundação das bacias hidrográficas do Município de São Paulo. O córrego do Antonico, que tem sua nascente dentro do Complexo Paraisópolis, faz parte da Bacia em questão e, todos os anos, é cenário de severas enchentes que atingem, principalmente, a nascente do córrego, em Paraisópolis e o trecho do Estádio do Morumbi. Entre as principais causas dessas enchentes e alagamentos estão a ocupação das margens do trecho do córrego em Paraisópolis e a dimensão restrita da galeria que canaliza o córrego sob o Estádio. Diante desse contexto e com os dados levantados no Caderno da Bacia do Córrego Pirajuçara, foi elaborado um projeto de canalização do córrego do Antonico que tem como principal objetivo distinguir o fluxo da água. Segundo a Prefeitura e o Governo do Estado de São Paulo, as intervenções tem estimado a redução em 87% a mancha de alagamento da região, beneficiando diretamente os quase 90 mil moradores da sub bacia do Córrego Antonico. Além disso, o prefeito Ricardo Nunes citou a remoção de 1500 famílias que residiam no entorno do córrego, com atendimento de indenização de R\$ 60 mil ou auxílio-aluguel mensal de até R\$ 600,00. (SÃO PAULO, 2022)

O projeto previa que o canal principal tivesse uma canalização aberta para manter a vazão de base e vazões de estiagem - nascente e chuvas. Após isso, um canal secundário seria feito, desta vez com canalização fechada que iria receber as vazões vindas do sistema de micro drenagem do entorno. Um parque linear também seria instalado e todo o setor do Antonico receberia ações de urbanização das quadras e entorno imediato. Toda a obra de intervenção do córrego do Antonico teria o investimento de, aproximadamente, 289 milhões de reais. Desse montante, 117 milhões de reais serão custeados pelo Governo do Estado de São Paulo e o restante pela Prefeitura Municipal.

Em maio de 2021, após a morte do então prefeito Bruno Covas, seu vice-prefeito, Ricardo Nunes, assume a prefeitura municipal, com vigência prevista até janeiro de 2025. Basicamente, a gestão de Ricardo Nunes tem sido seguir o plano de governo de Bruno Covas. No que cabe à favela de Paraisópolis, em outubro do mesmo ano, por conta das chuvas fortes e a demora em iniciar as obras junto ao Córrego do Antonico, um conjunto de casas desabou na comunidade. O estudo de Impacto de viabilidade ambiental das obras de controle de cheias do Córrego Antonico, divulgado em 2023 pela Prefeitura de São Paulo, elaborado pela Multiplano engenharia, relatou o acontecido:



As casas ficavam às margens do Córrego Antonico, deixando uma pessoa morta, cinco gravemente feridos e cerca de 15 famílias desabrigadas. As obras de combate às enchentes na bacia do Antonico, situação que há mais de 20 anos assusta os moradores da comunidade, deverão reduzir em 87% a mancha de alagamento da região, beneficiando diretamente os quase 90 mil moradores. (São Paulo, 2023, p. 38)

Mesmo com o ocorrido, no início de 2023, o prefeito Ricardo Nunes informou aos moradores de Paraisópolis que o contrato para realização das obras ainda estava em fase de licitação e previsto para iniciar no primeiro semestre do mesmo ano. O Espaço do Povo (2023), um jornal independente que se dedica a retratar as histórias das favelas brasileiras a partir do olhar de quem vive nesse contexto, relatou que:

[...] a atual gestão informou que as obras estão previstas para o início de 2023. Francisco Diniz, que é morador da região, líder comunitário e atua há 16 anos junto ao Conselho Gestor de Urbanização de Paraisópolis, tem acompanhado de perto a situação do córrego Antonico. Desde 2006, ele supervisiona as solicitações feitas à Prefeitura e, segundo Diniz, o acidente que ocorreu em 16/10/21, que matou uma pessoa e deixou dezenas de famílias desabrigadas, acelerou a obra do Antonico. [...] Diniz lembra ainda que as vítimas do Antonico não se restringem apenas ao acidente de 2021, já que há registros de muitas pessoas que morreram por contaminação de leptospirose e outras doenças infectocontagiosas em decorrência da falta de saneamento básico. (Cardoso, 2023)

Em janeiro de 2024, o atual prefeito de São Paulo, Ricardo Nunes, juntamente com o governador do estado, Tarcísio de Freitas, participaram do ato solene de assinatura da ordem de serviços para início das obras de canalização do córrego Antonico. Segundo Tarcísio:

O novo piscinão terá capacidade para armazenar mais de 44 milhões de litros de água – o equivalente a 18 piscinas olímpicas. A previsão é que a obra fique pronta em 2026 e beneficie mais de 1 milhão de moradores da região e locais com grande fluxo de pessoas [...]. (São Paulo, 2024)

Após este evento, a gestão municipal previa para o início de fevereiro de 2024 a abertura dos envelopes da licitação para contratação das obras. O edital do processo, contudo, até março de 2024, período da elaboração desta pesquisa, segue sob análise do Tribunal de Contas do Município (TCM), que em 23 de fevereiro enviou um novo ofício à Siurb, solicitando mais informações sobre pontos levantados pela auditoria. Desde então, não houve mais respostas à questão e nenhuma obra foi iniciada.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

A forma de produção do espaço urbano, ao longo da história, sobretudo em São Paulo, direcionou a parcela mais vulnerável da população aos locais ambientalmente mais problemáticos e com mais riscos geológicos. A favela de Paraisópolis, que teve sua ocupação em um bairro de classe alta, é um exemplo claro dessa dinâmica.

A ocupação de locais que deveriam ser preservados devido à sua fragilidade e risco ambiental, produz sérios problemas ambientais que não se limitam apenas à área em que foi ocupada, mas afeta todo o organismo e dinâmica urbana. A ocupação dos córregos nas favelas provoca o assoreamento do leito e potencializam as inundações nas cotas mais baixas da cidade, além de contaminarem os corpos d'água ao lançarem os esgotos residenciais *in natura*, causando graves problemas à saúde, como leptospirose, por exemplo. Em períodos de chuvas, o risco é ainda maior à população, e, todos os anos, muitas pessoas morrem ou perdem tudo que têm como consequência de inundações, enchentes ou deslizamentos. Quando conseguem recuperar seus pertences, sabem que é grande a possibilidade de perderem tudo novamente.

A pesquisa mostrou que os problemas ambientais presentes em áreas ocupadas por favelas são de complexa solução, uma vez que necessita da integração de outras estruturas como habitacionais e sociais. Com isso, é necessário que programas de recuperação de áreas ambientais alteradas sejam integradas aos programas de urbanização de assentamentos precários, de modo a melhorar as condições de vida dos residentes, bem como manter o equilíbrio ambiental adequado.

Apesar dos avanços na política ambiental e urbana, nota-se que a elaboração de políticas públicas capazes de evitar ocupação em áreas ambientalmente sensíveis e, em casos já existentes, de tratar de forma integrada a mitigação do risco ambiental e social juntamente com a garantia de moradia adequada para a população de baixa renda que reside nesses locais, deve emergir como uma questão central na formulação de programas e projetos desenvolvidos. Mesmo havendo inúmeros documentos oficiais da prefeitura do Município de São Paulo reconhecendo a necessidade dessa integração, nota-se que ainda existe uma grande distância entre o discurso e a prática, principalmente no âmbito de impacto ambiental e social em assentamentos precários.

Embora a questão ambiental atinja a cidade como um todo, a especificidade dessa questão na favela tem que ser encarada como o grande desafio de conciliar a urbanização e garantia do direito à moradia com os benefícios da preservação ambiental, incorporando as necessidades ambientais nos projetos de urbanização de favelas, gerando soluções integradas de infraestrutura, mitigação dos problemas ambientais existentes, solução habitacional adequada que minimize novas ocupações de áreas de risco ambiental e geotécnico, além de promover espaços públicos adequados. A integração da qualidade e preservação ambiental juntamente com direito à moradia é uma forma de superar as desigualdades socioambientais evidentes na favela de Paraisópolis e em toda a cidade de São Paulo.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BUENO, Laura Machado. O tratamento especial de fundos de vale em projetos de urbanização de assentamentos precários como estratégia de recuperação das águas urbanas. Em: ANAIS I: **Seminário Nacional sobre regeneração ambiental das Cidades Águas Urbanas**. Rio de Janeiro: 2005.

CARDOSO, Adauto Lucio. Trajetórias da Questão Ambiental Urbana: da Rio 92 às Agendas 21 locais. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, n. 102, p. 51-69, 2002.

CARDOSO. Thalyta. Ano novo, problema velho! Há décadas, moradores de Paraisópolis aguardam a canalização do córrego Antonico. **Espaço do Povo**. São Paulo, 19 jan. 2023. Disponível em: <<https://www.espacodopovo.com.br/destaque/ano-novo-problema-velho-ha-decadas-moradores-de-paraisopolis-aguardam-a-canalizacao-do-corrego-antonico/>> Acesso em: 15 jul. 2023

DENALDI, Rosana. **Políticas de Urbanização de Favelas**: evolução e impasses. Tese (Doutorado). FAU-USP, São Paulo, 2003.

DAVIS, Mike. **Planeta Favela**. São Paulo: Boitempo, 2006.

DENALDI, Rosana; FERRARA, Luciana Nicolau; SILVA, Pollyana Helena da. A Dimensão Ambiental Da Intervenção Em Favelas: O Caso Do ABC Paulista. In: **II Seminário Nacional Sobre Urbanização de Favelas UrbFavelas**, 2016, Rio de Janeiro. Anais: II URBFAVELAS, Rio de Janeiro: 2016.

FREYRE, Gilberto. **Sobrados e mucambos**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2013.

GOMES, Rodrigo. Covas não fez nenhuma moradia e criou programa habitacional que despejou milhares. **Brasil de Fato**. São Paulo, 28 out. 2020. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2020/10/28/covas-nao-fez-nenhuma-moradia-e-criou-programa-habitacional-que-despejou-milhares>> Acesso em: 29 jul. 2023

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Aglomerados subnormais**: Informações Territoriais. Rio de Janeiro, RJ. 2010.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Aglomerados subnormais 2019**: classificação preliminar e informações de saúde para o enfrentamento à COVID-19. Rio de Janeiro, RJ. 2020.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Favelas e Comunidades Urbanas**: Notas metodológicas n. 01. Sobre a mudança de Aglomerados Subnormais para Favelas e Comunidades Urbanas. Rio de Janeiro, RJ. 2024.

KATZ, Dalia. **Configurações espaciais da interface entre os habitantes e a natureza da cidade**: o caso da favela de Paraisópolis. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade São Judas Tadeu, USJT: São Paulo, 2008.



LIMA, Renata Priore., ANELLI, Renato Sobral, LONGO, Marlon Rubio, HARBICH, Loyde Vieira de Abreu. Padrões urbano-ambientais do eixo Morumbi-Paraisópolis e seu potencial de transformação frente às mudanças do clima. In: **XX ENANPUR**, 2023, Belém Em: ANAIS: Encontros Nacionais da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, Belém: 2023.

OLIVEIRA, Giovanna Ortiz de; BUENO, Laura Machado de Mello. Assentamentos precários em áreas ambientalmente sensíveis. **Arquitextos**, São Paulo, ano 10, n. 114.00, Vitruvius, nov. 2009 Disponível em: <<https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/10.114/9>> Acesso em: 10 mar. 2024

PELLEGRINO, Paulo R. M. Pode-se Planejar a Paisagem? **Paisagem e Ambiente: Ensaios**. São Paulo, FAUUSP/Fapesp, nº13, p. 159-179, 2000.

SÃO PAULO (Município). Secretaria da Habitação e Desenvolvimento Urbano (SEHAB). **Relatório de atividades 2006**. São Paulo, 2006. 170p.

SÃO PAULO (Município). Secretaria da Habitação e Desenvolvimento Urbano (SEHAB). **Urbanização de favelas: a experiência de São Paulo**. São Paulo, 2008, 120p.

SÃO PAULO (Município). Secretaria da Habitação e Desenvolvimento Urbano (SEHAB). **Apresentação Programa Paraisópolis**. São Paulo, 2013. 106p.

SÃO PAULO (Município). Secretaria da Habitação e Desenvolvimento Urbano (SEHAB). **Relatório Consórcio Domus São Paulo**. São Paulo, 2016, 23p.

SÃO PAULO (Município). Prefeitura e Estado detalham obras de combate às enchentes na bacia do Córrego Antonico. **Cidade de São Paulo**, São Paulo, 12 set. 2022. Disponível em: <<https://www.capital.sp.gov.br/w/noticia/prefeitura-e-estado-detalham-obras-de-combate-as-enchentes-na-bacia-do-corrego-antonico>> Acesso em: 01 abr. 2024.

SÃO PAULO (Município). Secretaria Municipal do verde e do meio ambiente (SVMA). **Estudo De Viabilidade Ambiental – EVA “Obras de Controle de Cheias do Córrego Antonico”**. São Paulo, 2023. 471p.

SÃO PAULO (Estado). Governo de SP vai construir piscinão e canalizar córrego na região do Morumbi: Novo reservatório próximo ao estádio do São Paulo vai beneficiar mais de 1 milhão de moradores e armazenar 44 milhões de litros de água. **Portal do Governo**, São Paulo, 29 jan. 2024. Disponível em: <<https://www.saopaulo.sp.gov.br/spnoticias/ultimas-noticias/governo-de-sp-vai-construir-piscinao-e-canalizar-corrego-na-regiao-do-morumbi/>>. Acesso em: 21 mar. 2024.

UN-HABITAT. **Annual Report 2022**. Nairobi, KR. 2022. Disponível em: <https://unhabitat.org/sites/default/files/2023/06/unhabitat_annualreport_2022.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2024

VIGLIECCA & ASSOCIADOS. **O terceiro Território - Habitação coletiva e cidade**. São Paulo: Vigliecca, 2014.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES)